



FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Brenda Carolina Brugnera

Graduada em Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação

Emily dos Santos Otto

Graduada em Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação

Almir Paulo dos Santos

Professor e Coordenador no Programa Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. Introdução

A formação do pedagogo, ao longo do tempo, vem sendo atravessada por movimentos históricos, políticos e sociais que impactam diretamente sua identidade profissional. Nesse contexto, a identidade profissional do educador não se constrói de maneira linear, mas por meio de processos contínuos, que envolvem tanto a formação inicial quanto as experiências de vida e de atuação docente. Nesse sentido, surge a seguinte questão: de que forma a formação inicial contribui para a constituição da identidade profissional do pedagogo(a)? Essa reflexão se torna relevante diante da reflexão de que, frente à ampliação do campo de atuação do pedagogo e à complexidade do trabalho docente, é necessário repensar a função social da formação, compreendendo-a como parte de um processo crítico e humanizador.

Assim, o presente resumo expandido tem como objetivo discutir os processos formativos que constituem a identidade profissional do pedagogo, a partir de uma análise histórica e teórica do curso de Pedagogia, com base em autores como Saviani (2008), Pimenta (1996) e Nóvoa (2022). Justifica-se este estudo pela necessidade de valorizar a formação crítica e contínua do educador, reconhecendo que a identidade docente é construída na articulação entre teoria e prática, experiências individuais e coletivas, saberes acadêmicos e cotidianos. Ao contribuir para a reflexão sobre a formação docente, este trabalho reafirma o compromisso ético e social da educação como prática transformadora.



2. Metodologia

Este estudo de natureza qualitativa e exploratória, fundamentado em pesquisa bibliográfica, teve como objetivo compreender os processos históricos e conceituais que estruturam a formação do pedagogo no Brasil, com base em autores como Saviani (2008), Pimenta (1996) e Nóvoa (2022). Foram analisados marcos legais como o Decreto-Lei n.º 1.190/39, os pareceres CFE 251/62 e 252/69, a Resolução CNE/CP n.º 1/2006 e o parecer CNE/CP n.º 3/2006, visando identificar como essas normativas dialogam com as demandas sociais de cada período. A partir disso, discutiu-se em que medida a formação inicial contribui para a construção da identidade profissional docente, considerando a articulação entre elementos históricos, formação continuada, experiências práticas e vivências no campo educacional, promovendo uma reflexão crítica sobre o processo de tornar-se pedagogo.

3. Resultados e discussão

O primeiro marco relevante da formação inicial de pedagogos ocorreu em 1939, com a instituição do curso de Pedagogia como formação superior, por meio do Decreto-Lei n.º 1.190/39. Organizado na Faculdade Nacional de Filosofia, o curso passou a seguir o modelo “3+1”: três anos para a obtenção do título de bacharel em pedagogia, seguido de um ano adicional com foco em didática, para aqueles que buscavam a licenciatura. Saviani (2008, p. 36) afirma que, com isso, “o perfil do profissional pedagogo já estaria definido, concebeu um currículo que formaria o bacharel em pedagogia, entendido como o técnico em educação que, ao cursar didática geral e especial, se licenciaria como professor”.

O segundo marco histórico ocorreu em 1962, com o parecer CFE 251/62, que buscou reorganizar a proposta curricular da formação docente. A ausência de clareza quanto ao papel profissional do pedagogo gerava dúvidas sobre a continuidade do curso. De acordo com Silva (1999, p. 34), “Bacharel não tinha elementos que pudesse auxiliar no seu campo profissional e os Licenciados tinham problemas por não ter de fato campo de atuação”. A própria existência do curso foi questionada, visto que “a ideia da extinção provinha da acusação de que faltava ao curso conteúdo próprio” (Silva, 1999, p. 36). Em resposta, a reforma universitária de 1969, por meio do parecer CFE 252/69 e da resolução



CFE n.º 2/1969, redefiniu o perfil do pedagogo, regulamentando a duração do curso, as habilitações, o estágio supervisionado e integrando a didática como disciplina obrigatória (Saviani, 2008, p. 39).

O quarto marco relevante foi a Resolução CNE/CP n.º 1, de 10 de abril de 2006, que atualizou as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. Saviani (2008) destaca que essa regulamentação trouxe como principal inovação a inserção das áreas de orientação educacional, administração e supervisão escolar, buscando superar a visão do pedagogo como "especialista em coisa nenhuma". Essa reformulação visava responder às exigências do “desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho” (Brasil, 2005, p. 2), além de consolidar a formação docente como base para atuação na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas que exigem conhecimentos pedagógicos.

E assim, o parecer CNE/CP n.º 3/2006, fica estabelecido como objetivo da educação e do curso de Licenciatura em Pedagogia que este:

[...] destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2005, p. 7).

Observamos que o percurso da formação inicial do pedagogo (a), é marcado por diversas mobilizações, em busca da valorização deste profissional e dessa forma, vale destacar que enquanto sujeitos, somos compostos pela história, pela trajetória do curso de formação. A formação inicial assume a responsabilidade de preparar e habilitar o profissional para determinada profissão, com conteúdo, teorias, trocas de experiências e práticas que possibilitam o processo de ensino e aprendizagem, e o “[...] processo de construção do sujeito historicamente situado” (Pimenta, 1996, p.75).

Refletir sobre a identidade do pedagogo(a) é reconhecer que ela se constrói por meio do pensamento crítico, das interações com o meio e da prática educativa como processo de humanização (Pimenta, 1996). O ensino, nesse contexto, vai além dos conteúdos, proporcionando valores, atitudes e saberes que formam o profissional de maneira contínua e reflexiva. A formação não se limita à universidade ou à escola, pois, como afirma Nóvoa (2022, p. 76), “nem as universidades, nem as escolas, isoladamente, são suficientes para formar [...]”. Ela ocorre na articulação entre teoria e prática,



alimentada por experiências, vivências e relações construídas ao longo da trajetória profissional.

As experiências formativas ao longo da vida ocorrem em diversos contextos e podem exigir “uma boa formação de base e uma participação profissional mais experientes” (Nóvoa, 2022, p. 80). A formação do pedagogo(a) não acontece de forma isolada, mas por meio das relações estabelecidas no ambiente profissional, sendo enriquecida pela troca entre iniciantes e profissionais mais experientes. Essa formação contínua reconhece a singularidade de cada trajetória e valoriza tanto as vivências pessoais quanto os saberes compartilhados. Ser pedagogo(a), segundo Nóvoa (2022), é lidar com conhecimentos que emergem das relações humanas, configurando-se como um processo de humanização.

A relação entre teoria e prática é fundamental na formação do pedagogo(a), pois a reflexão sobre a prática permite problematizá-la à luz da teoria, assim como a teoria crítica contribui para transformar a prática. A formação inicial, nesse sentido, é essencial para a construção da identidade profissional, ao mesmo tempo em que demanda a ampliação dos saberes acadêmicos e a vivência em contextos reais, marcados por desafios e inquietações. Tanto na formação inicial quanto na continuada, essa identidade se constitui “[...] a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas” (Pimenta, 1996, p. 76), evidenciando que os conhecimentos ganham valor conforme o contexto e as necessidades da realidade vivida.

4. Considerações finais

A formação inicial do pedagogo é um elemento fundamental na construção da sua identidade profissional que carrega consigo, uma trajetória histórica, repleta de marcos que moldaram os caminhos da profissão. Embora as implicações da formação inicial contribuam para o processo de tornar-se pedagogo (a), não seja suficiente para acolher as demandas e os desafios práticos, enfrentados em diferentes contextos em que o sujeito pode ser inserido, pois esse processo é multifacetado e vai além da aquisição do conhecimento teórico e dessa forma, não acontece de forma isolada.

Como destaca Nóvoa (2022, p. 76), “nem as universidades, nem as escolas,



isoladamente, são suficientes para formar”. A constituição da identidade profissional demanda a articulação entre espaços formais e não formais de aprendizagem, entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e saberes construídos na vivência.

Por esse viés, a identidade também é construída pelo significado atribuído “[...] à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor” (Pimenta, 1996, p.76). Ou seja, a identidade do pedagogo (a), é constituída ao longo de seu processo formativo, na formação inicial e na continuada, nas experiências de vida e nas trocas de experiências.

Assim, fica sendo importante destacar, que, a educação, é uma prática social, sistemática e intencional, voltada a humanização do sujeito (Pimenta, 1996) e, portanto, acontece no coletivo. Nesse sentido, se o papel do Pedagogo é humanizar as relações, é no seio dessas interações que a identidade profissional se materializa e se desenvolve. Reconhecer essa dimensão subjetiva e coletiva é essencial para valorizar a formação inicial e a formação continuada, que permite a constância desse ser em movimento.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.** Brasília: CNE, 2005.

NÓVOA, António. **Escolas e professores** – proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores- saberes da docência e identidade do professor. R. Fac. Educ., São Paulo, v.22, n.2, p.72-89, jul./dez 1996.

SAVIANI, Demerval. **A Pedagogia no Brasil.** Campinas - SP. Autores Associados. 2008

SILVA, Carmem Silvia Bissoli. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** São Paulo: Autores Associados, 1999.